

Christoph Schuringa, *A Social History of Analytic Philosophy: How Politics Has Shaped an Apolitical Philosophy*, New York: Verso Books, 2025. 336 pp.; ISBN 9781804298411 (pb); 9781804292099 (hb).

O segundo livro de Christoph Schuringa em apenas um ano (acompanhado de *Karl Marx and the Actualization of Philosophy*, pela Cambridge University Press) promove uma ampla intervenção na forma como a história da filosofia analítica e os seus cânones devem ser interpretados. Visando desmontar os argumentos fundacionais da escola anglo-saxónica enquanto produtora de pensamentos alheios à política e às forças sociais que moldam as ideias de cada tempo, Schuringa analisa a estrutura ideológica que sustenta e reproduz a trabalhada autoimagem da tradição. Valendo-se do método negativo—o foco deliberado nas dimensões desiguais e opressoras da sociedade—o autor expõe a inversão concreta da alegada universalidade e da lógica cristalina dos discípulos de Russell, Moore e outros membros da sociedade *The Apostles*, grupo do qual Keynes, Wittgenstein e até mesmo Eric Hobsbawm fizeram parte.

Contrapondo-se às obras dedicadas aos desenvolvimentos lógicos e paradigmáticos da filosofia ocidental—como *A History of Western Philosophy* (1945) do alvo principal do texto, Bertrand Russell, ou outros compêndios tais como *The History of Philosophy* (2019) de A. C. Grayling e o clássico *The Story of Philosophy* (1926) de Will Durant—Schuringa ecoa textos de investida crítica contra mitos ideológicos liberais, como o fez Howard Zinn face ao excepcionalismo estadunidense no seu *A People's History of The United States* (1980).

Essa perspetiva de cariz marxista, continental e materialista talvez torne o livro “*a tough pill to swallow*” para muitos colegas de departamentos puristas, cujo contacto com a filosofia social é limitado. Estas reações, tão comuns em conferências e cursos universitários onde a linguagem continental e os seus problemas recebem a pecha de “místicos” e “obscuros,” ilustram o paradoxo que sustenta o desenvolvimento do texto: a tradição anglo-saxónica opera como “uma tradição que logra pensar a si mesma enquanto não sendo uma tradição” (p.1)¹.

Uma pureza ilusória, que busca fundamentar um certo internalismo causal no desenvolvimento da filosofia enquanto disciplina, isola a tradição analítica num idealismo burguês e aristocrático que nega a correlação empiricamente verificável entre o nosso posicionamento social e as forças políticas que moldam as nossas subjetividades. Schuringa argumenta que esse movimento apresenta o método analítico como a forma neutra de inquérito, acima da crítica e antes da sociedade—um ponto de vista privilegiado que obscurece o verdadeiro privilégio dos seus autores. Considerando a âncora ideológica da filosofia analítica no liberalismo burguês do século XVIII—explicitada tanto na exaltação do indivíduo enquanto detentor de faculdades racionais suprassociais quanto no empirismo que situa o conhecimento como derivado das experiências sensoriais passivas—torna-se difícil para qualquer leitor do pensamento ocidental não conceber tal correlação.

Os temas primários do cientismo, o recurso ao senso comum e o impulso terapêutico

¹ Todas as traduções foram feitas pelo autor desta recensão.

dos britânicos influenciados por Wittgenstein estabelecem o enquadramento da obra, contra os quais Schuringa aplica a sua crítica ao mito da neutralidade avançado pelo grupo de Cambridge no começo do século XX. A soberba da assimilação dos métodos científicos, talvez mais matemáticos, revestiu a filosofia europeia do papel de guardiã das práticas epistemológicas humanas, ao mesmo tempo que o recurso às crenças autoevidentes do sujeito comum achata a diversidade e a fricção inerentes ao mundo social. Logo, o sentido terapêutico da tradição distancia-se como nunca da dimensão prática e disruptiva que o próprio liberalismo obteve nos séculos passados ao influenciar revoltas sociais e transformações políticas profundas.

Schuringa volta-se, no segundo capítulo, para a desconstrução de tais mitos ao expor a “rebelião contra o idealismo” (p. 25) encabeçada por G. E. Moore e Bertrand Russell. Extraíndo do lastro social desses e doutros grandes nomes de Cambridge, Schuringa procura demonstrar que a rebelião foi menos uma rutura contra o idealismo e mais uma reação comedida contra as figuras específicas de F. H. Bradley e J. M. E. McTaggart. Em termos práticos, as três abstrações ideológicas identificadas anteriormente—cientismo, senso comum e impulso terapêutico—são apresentadas como decorrências das realidades sociais e das personalidades das três figuras dominantes do cenário filosófico daquele tempo.

Russell, nascido em seio aristocrático e de grande influência política, foi fruto de uma criação repressora e religiosa em Pembroke Lodge. Moore, descendente de uma família da alta burguesia *quaker*—os Sturge—esposou a filosofia enquanto análise e delineada em termos conversacionais e devocionais. Por fim, Wittgenstein, com o peso da sua herança industrial da mais abastada família da Áustria do século XIX, concebeu a filosofia enquanto exorcismo de confusões conceptuais, revelando a natureza linguística dos seus problemas.

Além do paroquialismo da elite de Cambridge, o terceiro capítulo situa o Círculo de Viena e o positivismo lógico dentro do ambiente disruptivo da Áustria do período entre-guerras. O modernismo e o inflamado cenário político da época fundamentam a visão estratégica de Schuringa: ao contrário da melancolia e da dissociação política dos britânicos, os interesses do Círculo bebiam diretamente das lutas políticas que agitavam a *Rotes Wien* dominada pelos social-democratas entre 1918 e 1934. Essa aliança entre o liberalismo austríaco e o radicalismo marxista—ilustrado por Otto Neurath, que escreveu extensamente sobre economia e Marx—surgiu como resposta aos populismos e irracionalismos dos movimentos de massa do período. Ao contrário dos ingleses, os vienenses atuaram ativamente contra o antisemitismo e buscaram, como demonstra Schuringa, possíveis colaborações com os investigadores de Frankfurt. Essas tentativas, entretanto, viram-se frustradas pelos ataques viscerais de Max Horkheimer contra o positivismo lógico e a aversão de Neurath ao subjetivismo da teoria crítica.

O foco é alterado no capítulo seguinte, dadas as reorganizações de Oxford no pós-guerra. A cultura institucional da universidade, tomada por intelectuais refugiados de inclinação à esquerda, soma-se à transformação radical do pensamento do Wittgenstein das *Investigações Filosóficas*. Schuringa identifica na figura de Gilbert Ryle a renovação intelectual ali vivida: a profissionalização da filosofia na recém-criada pós-graduação e o acolhimento de inúmeros estudantes oriundos dos Estados Unidos. O maior contributo

deste período, segundo o autor, é ilustrado pelo notável grupo de filósofas mulheres após 1945: nomes de peso como Elizabeth Anscombe, Philippa Foot, Iris Murdoch e Mary Midgley transformariam não apenas a ética, mas também a literatura e dariam os primeiros passos para um novo centro de gravidade na tradição—os Estados Unidos.

No quinto capítulo, encontramos a tese central do livro, ou seja, a filosofia analítica não é uma tradição unificada e forjada anteriormente à Segunda Guerra Mundial, mas sim um fruto da sua institucionalização nos Estados Unidos. Ali, a identidade profissional e o clima ideológico são elementos cruciais na exposição de Schuringa, que invoca a repressão do Red Scare de McCarthy. A filosofia analítica assume para si o desafio de se tornar uma empreitada meramente intelectual num contexto sociopolítico de entrelaçamento entre autores como W. V. O. Quine e Reichenbach, que, além de comprometidos com a tese neoliberal exposta no colóquio de Walter Lippmann em 1938, atuaram como consultores na RAND Corporation—*think tank* fundado pelo departamento de defesa dos EUA, onde outros filósofos analíticos trabalharam em teoria dos jogos e teoria da escolha racional contra influências marxistas europeias.

Esta apropriação ideológica foi facilitada por mecanismos institucionais, como a ‘captura editorial’ de publicações prestigiosas como *The Philosophical Review*. O prefácio da antologia de 1948 *Readings in Philosophical Analysis*, editada por Herbert Feigl e Wilfrid Sellars, é apresentado como um documento-chave, enquadrando explicitamente o seu projeto como uma fusão de tradições que criou algo novo: “(...) uma viragem decisiva na história da filosofia” (p. 123). Tendo consolidado o seu poder institucional, a filosofia analítica passou então a definir-se contra os seus rivais, construindo um “outro” externo para solidificar a sua própria identidade.

Schuringa interpreta a divisão entre as tradições analítica e continental como fantasia, construção ficcional que engloba diversas tradições—fenomenologia, existencialismo, etc.—numa artificialidade monolítica contraproducente. No sexto capítulo, somos introduzidos à polémica de A. J. Ayer. Os seus ataques ferozes a Sartre e Heidegger procuravam sustentar que estes pensadores eram pontífices da irracionalidade e caricaturas de um estilo que beirava a poesia e não o rigor analítico da tradição anglo-americana. Neste caso, o autor dá especial destaque à rusga entre Derrida e Searle: o conflito sobre o legado da teoria dos atos de fala de J.L. Austin é simbólico desse conflito. Enquanto no texto Searle é apresentado como defensor máximo da ortodoxia analítica contra o estilo exploratório de Derrida, soma-se à crítica política de Schuringa as reacções pouco simpáticas de filósofos como Iris Murdoch contra os movimentos estudantis de maio de 1968.

A ironia dessa postura reside na ênfase dada à linguagem entre os analíticos. Nos últimos capítulos da obra, Schuringa explora como a cisão entre o social e a análise assume níveis cada vez mais formais com o programa davidsoniano de produzir uma teoria do significado no estilo de Tarski para a linguagem natural. Segundo o autor, tal deve-se à importância de Frege, que serviu um papel institucional crucial. Schuringa argumenta a favor da virada linguística impulsionada por Wittgenstein no *Tractatus*, pois ali reside a versão da filosofia enquanto “crítica da linguagem”—o mundo é uma estrutura lógica em si mesma; não há ponto de vista fora da linguagem que nos possibilite analisar a sua conexão com a realidade. Por fim, a lógica modal e o extensionalismo subsequentes, nos

anos de 1970, orientam o resto do texto. Este retorno à metafísica dentro da filosofia analítica é explicado em termos de uma derradeira disputa palaciana e ideológica no seio da própria lógica. Esta orientação, historicamente interpretada pelo autor, demonstra que o contexto hegemónico do campo ortodoxo vinha perdendo força contra as forças progressistas na tradição, forças essas já anunciadas por Putnam, quando este afirma que a filosofia se tornou demasiado especializada, sem qualquer contacto com questões humanísticas e debates concretos sobre a maneira como desejamos viver.

Schuringa conclui com uma crítica a este legado. A metafísica analítica contemporânea, argumenta o autor, encontra-se num estado de confusão metodológica, caracterizada por uma dependência sem princípios de “métodos de poltrona” e “ontologia especulativa”, fazendo apelos não fundamentados ao “raciocínio a priori sobre matérias sintéticas de facto” (p. 228) ao mesmo tempo que carece de uma “boa epistemologia da metafísica para oferecer” (p. 229), misturando, ainda, apelos ao senso comum e deferência à ciência sem escrutínio metodológico.

Nos capítulos finais, Schuringa regressa ao cerne da sua crítica, isto é, à questão do uso acrítico das intuições como sintoma do dogmatismo prevalecente da técnica. A imaginação filosófica é novamente apresentada como empobrecida e recalçada de ideologias das classes que a praticam. Invocando o “método de casos”, e o modo como a filosofia analítica se serve do recurso a experiências mentais para falar sobre o mundo, o autor revela a racionalidade calculista e masculinizada que sustenta tais exercícios. Ninguém está imune a esta crítica: Gettier, Frankfurt e os trolleys, bem como toda a matemática moral por detrás do *effective altruism*, são apresentados como técnicas desumanizadoras. Para Schuringa, estamos diante de um quadro sintomático de um esquema conceptual empobrecido e aplainado.

Nas últimas páginas, o livro debruça-se sobre aquilo que designa como “*columbização* da filosofia”. A ideologia liberal da filosofia analítica, agora completamente despida—o rei está nu!—busca neutralizar e apropriar-se de correntes críticas como o feminismo e a *Critical Race Theory*. As recentes viragens sociais na filosofia analítica, ao invés de dialogarem com aquilo que é produzido em termos de crítica imanente, depuram-nas da sua complexidade, padecendo de *columbização*—tal como Colombo que acreditou ter chegado à Índia, muitos dos “novos paradigmas” que surgem dentro de uma determinada tradição são, na verdade, apenas redescobertas de ideias já conhecidas noutros contextos. Essa descoberta de ideias alheias e empacotadas numa nova embalagem constitui para Schuringa, um gesto tático de neutralização da força política. Assim, o autor busca revelar o paradoxo de uma tradição que se julga neutra e atemporal, mas cuja pretensão universal apenas dissimula a sua origem de classe.

Acredito que, enquanto crítica, a obra *A Social History of Analytic Philosophy* oferece um tratamento histórico convincente da filosofia analítica. Documentos históricos são referidos e controvérsias não são ignoradas. No entanto, duvido do impacto real que o texto possa ter entre historiadores da filosofia analítica e da sua introdução em programas curriculares. A ambição de Schuringa em expor os meandros sociais e de classe que alimentaram o desenvolvimento da tradição estará limitado pela forma de exposição: a forma pela qual instruímos os nossos estudantes no pensamento da escola anglo-saxónica consiste, ainda, numa exposição dos

problemas da filosofia, e não a sua história social. O paradoxo está, creio, na limitação que Schuringa aponta à nossa crença, enquanto filósofos analíticos, de que as meta-análises constituem formas substanciais de produção de conhecimento. Trata-se, claramente, de um poderoso e rigoroso argumento a favor da crítica imanente na nossa tradição (como aponta Alice Crary em *Wittgenstein Goes to Frankfurt*, 2018), mas o tom geral no qual os argumentos são apresentados pode ser refratário a um acolhimento mais caridoso por parte de analíticos mais ortodoxos.

Não obstante, o livro constitui um impressionante e necessário contributo à história da filosofia e uma leitura necessária aos proponentes da viragem social e contextual no nosso contexto académico. Este livro de Schuringa inaugura, sem pedir licença, um promissor caminho relativo a abordagens mais conscientes da sociologia e da antropologia na filosofia da linguagem e na metafísica.

Rafael Antunes Padilha
(Faculdade de Letras da Universidade do Porto)